

1-Balanco

PIO SODALÍCIO DAS DAMAS DA CARIDADE DE CAXIAS DO SUL HOSPITAL NOSSA SENHORA DE POMPEIA Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2019 (em R\$)		
ATIVO	2019	2018
CIRCULANTE	74.736.954,82	56.827.534,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.629.010,00	24.621.742,95
Caixa	77.761,03	27.440,38
Bancos C/Movimento - Recursos Sem Restrição	45.731,68	483.091,95
Bancos C/Movimento - Recursos Com Restrição	8.450.237,18	0,00
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	18.639.262,43	22.377.639,21
Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	2.416.017,68	1.733.571,41
Créditos	40.821.018,16	28.197.194,10
Convênios e Contrib. de Assistência	36.789.186,06	26.315.139,19
Títulos Escola de Enfermagem	195.480,53	162.390,39
Outros Créditos	4.346.077,79	2.299.761,39
(-) PECLD	(509.726,22)	(580.096,87)
Estoques	4.111.528,67	3.845.010,70
Despesas do Exercício Seguinte	175.397,99	163.586,50
NÃO CIRCULANTE	46.478.163,14	40.316.606,18
Realizável a Longo Prazo	1.980.948,47	401.832,77
Depósitos Judiciais e Valores Vinculados	0,00	58.720,81
Valores a Receber	1.980.948,47	343.111,96
Investimentos	54.434,43	40.565,36
Imobilizado e Intagível	44.442.780,24	39.874.208,05
TOTAL DO ATIVO	121.215.117,96	97.144.140,43
PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE	44.140.263,10	30.329.334,47
Empréstimos e Financiamentos	2.645.383,89	2.550.387,75
Fornecedores	10.450.313,12	9.309.446,76
Ordenados/Salários a Pagar	3.077.936,73	2.851.545,08
Contribuições a Recolher	2.160.956,43	1.851.986,72
Honorários a Pagar	2.584.218,65	2.488.625,83
Obrigações Diversas	7.028.651,25	6.123.374,09
Subvenções P/Investimentos	16.192.803,03	5.153.968,24
NÃO CIRCULANTE	11.072.729,37	9.146.473,10
Empréstimos e Financiamentos	2.548.000,37	1.586.693,10
Provisão para Contingências	8.444.729,00	7.359.780,00
Outras Obrigações	80.000,00	200.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66.002.125,49	57.668.332,86
Patrimônio Social	57.668.332,86	47.386.245,46
Superávit do Exercício	8.333.792,63	10.282.087,40
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.215.117,96	97.144.140,43

2 – Demonstração do Resultado do Período

	2019		2018	
	SAÚDE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	EDUCAÇÃO
Receita Bruta de Serviços e Vendas	194.785.191,47	2.331.907,90	176.043.094,89	2.341.320,97
Receitas com Atividades Hospitalares	154.754.520,32	0,00	140.089.630,74	0,00
Receitas com Escola Enfermagem	0,00	2.331.907,90	0,00	2.341.320,97
Receitas de Subvenções Sociais	40.030.671,15	0,00	35.953.464,15	0,00
(-) Dedução da Receita Bruta	(3.537.400,77)	(79.061,26)	(3.826.072,58)	(44.183,61)
(-) Dedução da Rec. Hosp. de Demais Svs.	(3.537.400,77)	0,00	(3.826.072,58)	0,00
(-) Dedução da Rec. Escola de Enferm.	0,00	(79.061,26)	0,00	(44.183,61)
Receita Operacional Líquida	191.247.790,70	2.252.846,64	172.217.022,31	2.297.137,36
Custos Operacionais	(199.809.088,10)	(2.102.217,16)	(179.086.195,77)	(1.693.615,68)
(-) Custos dos Serviços Prest. na Saúde	(176.999.488,98)	0,00	(157.616.173,17)	0,00
(-) Custos dos Serviços Prest. na Educação	0,00	(1.406.777,80)	0,00	(1.319.406,79)
(-) Gratuidade Educação	0,00	(419.993,26)	0,00	(374.208,89)
(-) Renúncia Fiscal	(22.809.599,12)	(275.446,10)	(21.470.022,60)	0,00
Superávit Operacional Bruto	(8.561.297,40)	150.629,48	(6.869.173,46)	603.521,68
Despesas Operacionais	16.619.712,87	124.747,68	16.696.534,69	(148.795,51)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.426.081,02)	(156.667,50)	(8.542.507,08)	(156.031,00)
Despesas Financeiras	(1.428.686,38)	(6.203,94)	(1.222.897,50)	(2.267,58)
Receitas Financeiras	1.755.646,80	12.173,02	2.219.071,85	9.503,07
Renúncia Fiscal Obtida	22.809.599,12	275.446,10	21.470.022,60	0,00
Outras Receitas e Despesas Operacionais	1.909.234,35	0,00	2.772.844,82	0,00
Superávit do Período	8.058.415,47	275.377,16	9.827.361,23	454.726,17

3 – Demonstração do Fluxo de Caixa

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Período	8.333.792,63	10.282.087,40
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício		
Depreciação e Amortização	4.180.002,56	3.831.117,69
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	124.061,12	621.921,10
Contas a Receber	(10.507.137,01)	(3.100.910,70)
Outras contas a Receber	(2.046.316,40)	3.492.027,03
Provisão P/Crédito de Liquidação Duvidosa	(70.370,65)	(687.226,95)
Estoques	(266.517,97)	(1.153.243,30)
Despesas Exerc. Seguinte	(11.811,49)	(67.317,79)
Depósitos Judiciais	58.720,81	0,00
Valores a Receber	(1.637.836,51)	1.164.791,69
Fornecedores	1.140.866,36	526.838,85
Ordenados/Salários a Pagar	226.391,65	201.586,66
Contribuições a Recolher	308.969,71	(23.208,84)
Honorários a Pagar	95.592,82	33.034,34
Outras Obrigações	(120.000,00)	(247.500,00)
Aumento Obrigações Diversas	1.990.226,16	1.679.956,29
Subvenções Patrimoniais	11.038.834,79	1.342.979,99
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	12.837.468,58	17.896.933,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Investimentos	(13.869,07)	(1.753,69)
Compra de Imobilizado	(8.872.635,87)	(7.264.018,96)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Investimentos	(8.886.504,94)	(7.265.772,65)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	1.056.303,41	(6.650.805,57)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Financiamentos	1.056.303,41	(6.650.805,57)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente a Caixa		
No Início do Período	24.621.742,95	20.641.387,71
No Final do Período	29.629.010,00	24.621.742,95
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	5.007.267,05	3.980.355,24

4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Contas	Patrimônio Social	Resultados Abrangentes	Superávit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2017	39.979.687,79	0,00	7.406.557,67	47.386.245,46
Destinação do Exercício	7.406.557,67		(7.406.557,67)	0,00
Superávit do Exercício			10.282.087,40	10.282.087,40
Saldo em 31/12/2018	47.386.245,46	0,00	10.282.087,40	57.668.332,86
Destinação do Exercício	10.282.087,40		(10.282.087,40)	
Superávit do Exercício			8.333.792,63	8.333.792,63
Saldo em 31/12/2019	57.668.332,86	0,00	8.333.792,63	66.002.125,49
As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis				

5 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2019

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O PIO SODALÍCIO DAS DAMAS DE CARIDADE DE CAXIAS DO SUL, inscrito no CNPJ sob o número 88.633.227/0001-15, é uma Sociedade Civil, sem fins econômicos, beneficente e de assistência social, fundado em 12 de agosto de 1913, com título de Utilidade Pública Federal nº. 55.976, de 20/04/65; Utilidade Pública Estadual nº. 16.403, de 31/12/63 e, Utilidade Pública Municipal nº. 1.218, de 24/05/63, localizado na Av. Júlio de Castilhos nº. 2163, na cidade de Caxias do Sul – RS. Sua finalidade primordial é exercer as ações e serviços de saúde segundo um critério de relevância pública, subsumindo, no que e no quanto lhe for possível e pertinente, o dever social do próprio Estado, sem qualquer discriminação de clientela.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

b) Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos cinco anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene e gêneros alimentícios até a data do balanço.

e) Despesas do Exercício Seguinte – O valor de R\$ 175.397,99, demonstrado como Despesas do Exercício Seguinte, se referem a prêmio de seguros e direito de uso.

f) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção, (b) por reavaliação de ativos, suportados laudos técnicos específicos. Conforme Lei nº 11.638/07, art. 6º e Resolução do CFC Nº 1.152/09

g) Depreciação do Imobilizado – A depreciação do imobilizado foi calculada com base na vida útil dos bens, bem como a manutenção de valor residual, baseado nos pronunciamentos técnicos emitidos a partir da Lei nº 11.638/07 (ICPC 10, CPC 27, CPC 28, CPC 37, CPC 43 e NBC TG 27 - 3º Revisão).

h) Obras em Andamento – As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto acrescidas de custo de mão-de-obra e aquisições de materiais. Os valores de obras já prontas são transferidas para as contas de imobilizado adequadas e as obras sem continuidade são levadas para despesa.

i) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos

estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. As demonstrações contábeis da Entidade incluem, também, estimativas referentes a provisões necessárias para passivos contingentes trabalhistas e cíveis. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

j) Financiamentos e Financiamentos - Os financiamentos bancários estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

k) Receitas e Despesas - As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS, da COFINS e da CSLL, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

l) Apuração do resultado - O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

m) Ativo e Passivo Circulante - Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

n) Obrigações Trabalhistas - As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

o) Contas a Pagar a Fornecedores - Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros.

p) Contas a Pagar de Honorários Médicos - Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

q) Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC - Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a

Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
CAIXA	R\$ 77.761,03	R\$ 27.440,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 8.495.968,86	R\$ 22.860.731,16
BANCOS CONTA VINCULADAS E APLICAÇÕES	R\$ 21.055.280,11	R\$ 1.733.571,41
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 29.629.010,00	R\$ 24.621.742,95

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2019	2018
TOTAL CONVENIOS	32.861.316,40	24.135.788,25

NOTA 5 – PROVISÃO DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – EPCLD

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição considerada suficiente pela Administração.

	2019	2018
(-) Provisao para Perdas na Saúde	-R\$ 445.808,89	-R\$ 561.880,43
(-) Provisão para Perdas no Ensino	-R\$ 63.917,33	-R\$ 18.216,44
TOTAL PROVISÃO PARA PERDAS – EPCLD	-R\$ 509.726,22	-R\$ 580.096,87

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

	2019	2018
INSUMOS DA ASSISTÊNCIA	R\$ 3.936.173,88	R\$ 3.681.402,83
Drogas e Medicamentos	2.230.186,54	R\$ 1.970.830,16
Material de Uso no Paciente	1.148.570,97	R\$ 1.195.230,31
Órteses e Próteses	353.528,43	R\$ 279.073,46
Gasoterapia	14.269,44	R\$ 14.726,87
Materiais de CDI	66.068,31	R\$ 78.334,22
Insumos Medicina Nuclear	10.254,74	R\$ 12.488,08
Dietas	113.295,45	R\$ 130.719,73
OUTROS INSUMOS	R\$ 175.354,79	R\$ 163.607,87
Impressos e Mat. de Expediente	63.751,67	R\$ 82.524,16
Material Limpeza Higiene	76.177,60	R\$ 62.866,64
Material de Manutenção e Conserto	5.961,55	R\$ 3.586,89
Uniformes e EPIs	268,44	R\$ -
Gêneros Alimentícios	29.195,53	R\$ 14.630,18
TOTAIS ESTOQUES	R\$ 4.111.528,67	R\$ 3.845.010,70

NOTA 7 – IMOBILIZADO

Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente pelos índices oficiais até 31/12/1995. As depreciações foram calculadas sobre o custo corrigido, pelo método linear, dentro dos limites permitidos pela legislação, e está assim composto:

Contas	Saldo	ACUMULADO			Saldo
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf	31/12/2019
130 INVESTIMENTOS	40.565,36	13.869,07	0,00	0,00	54.434,43
132 PARTICIPACAO EM OUTRAS EMPRESA	40.565,36	13.869,07	0,00	0,00	54.434,43
1701 COTAS UNICRED NORDESTE	14.659,26	707,36	0,00	0,00	15.366,62
1702 SICREDI	5.135,35	246,08	0,00	0,00	5.381,43
1705 AÇÕES TELEFONICA BRASIL S.A.	20.770,75	12.915,63	0,00	0,00	33.686,38
140 IMOBILIZADO	39.874.208,05	8.872.635,87	(124.061,12)	0,00	44.442.780,24
142 VALORES ATUALIZADOS	73.399.099,55	4.548.143,51	(581.363,17)	2.730.391,00	80.096.270,89
1804 APARELHOS E MEDIC E CIRURGIA	22.063.165,70	909.859,67	(358.028,72)	233.296,90	22.848.293,55
1803 BENFEITORIAS E INST. DE TERCEIROS	189.095,75	0,00	0,00	0,00	189.095,75
1809 COMPUTADORES E PERIFERICOS	2.488.073,75	429.507,11	(62.745,94)	0,00	2.854.834,92
1802 EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES	27.159.512,65	0,00	0,00	2.434.982,66	29.594.495,31

1807 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.306.864,40	648.795,94	(28.225,04)	40.354,44	6.967.789,74
1806 MOVEIS E UTENSILIOS	3.094.475,01	133.045,85	(9.487,48)	21.757,00	3.239.790,38
1801 TERRENOS	7.460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.460.000,00
1808 VEÍCULOS	197.551,20	0,00	0,00	0,00	197.551,20
1815 APAR. DE MEDICINA E CIRUR. SUBV.	4.340.361,09	2.378.209,94	(122.875,99)	0,00	6.595.695,04
1823 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SUBV.	100.000,00	2.100,00	0,00	0,00	102.100,00
1824 MÓVEIS E UTENSÍLIOS - SUBV	0,00	46.625,00	0,00	0,00	46.625,00
144 IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO	4.456.067,38	4.321.342,36	0,00	(2.730.391,00)	6.047.018,74
1867 Obra Centro Clínico - Materiais	674.965,08	611.112,95	0,00	0,00	1.286.078,03
1880 Obra Centro Clínico - M.O/ Serv	902.384,10	1.562.318,04	0,00	0,00	2.464.702,14
1882 Obra Centro Clínico - Máq. e Equip.	152.213,80	7.366,00	0,00	0,00	159.579,80
1928 PPCI Hospital / Escola	0,00	23.118,49	0,00	0,00	23.118,49
1886 Reforma Setor 700 - Materiais	411.630,50	0,00	0,00	(411.630,50)	0,00
1912 Reforma Setor 700 - M.O./Custos	302.667,41	0,00	0,00	(302.667,41)	0,00
1959 Reforma Lavanderia - Materiais	509.355,10	0,00	0,00	(509.355,10)	0,00
1960 Reforma Lavanderia - Serviços/M.O.	492.557,40	0,00	0,00	(492.557,40)	0,00
1964 Obra Edifício Garagem - Serv /M.O.	404.438,54	804.301,03	0,00	0,00	1.208.739,57
1965 Obra Edifício Garagem - Materiais	435.190,63	403.534,78	0,00	1.390,00	840.115,41
1966 Obra Edifício Garagem - Imobilizado	0,00	2.280,00	0,00	(1.390,00)	890,00
1967 Reforma Setor 500 - Materiais	99.814,82	288.825,02	0,00	(388.639,84)	0,00
1968 Reforma Setor 500 - Serviços/M.O.	70.850,00	247.338,41	0,00	(318.188,41)	0,00
1969 Reforma Setor 500 - Móveis	0,00	33.701,00	0,00	(33.701,00)	0,00
1970 Reforma Setor 500 - Máq. e Equip.	0,00	40.354,44	0,00	(40.354,44)	0,00
1971 Reforma Setor 500 - Apar. de Medic	0,00	233.296,90	0,00	(233.296,90)	0,00
1973 Reforma Innefro Materiais	0,00	52.077,30	0,00	0,00	52.077,30
1972 Reforma Innefro - Mão de Obra	0,00	10.168,00	0,00	0,00	10.168,00
1974 Reforma Setor 340 - Materiais	0,00	1.300,00	0,00	0,00	1.300,00
1975 Reforma Setor 340 - M.O./Serviços	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00
146 DEPRECIACOES	(38.238.096,59)	(4.161.170,93)	457.302,05	0,00	(41.941.965,47)
1901 INTANGÍVEIS	257.137,71	(15.681,63)	0,00	0,00	241.456,08
1902 INTANGÍVEIS	618.774,41	3.150,00	0,00	0,00	621.924,41
1811 PROGRAMAS DE COMPUTADORES	608.152,29	3.150,00	0,00	0,00	611.302,29
1831 PROGRAMAS DE COMP. SUBV.	10.622,12	0,00	0,00	0,00	10.622,12
146 AMORTIZACOES	(361.636,70)	(18.831,63)	0,00	0,00	(380.468,33)
1851 AMORTIZ DE PROGR COMP.	(357.632,41)	(18.260,19)	0,00	0,00	(375.892,60)
1854 AMORTIZ DE PROGR COMP - SUBV.	(4.004,29)	(571,44)	0,00	0,00	(4.575,73)

NOTA 8 – FORNECEDORES/OBRIGAÇÕES SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Os valores contabilizados nestes subgrupos apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores	R\$ 10.450.313,12	R\$ 9.309.446,76
OBRIGAÇÕES SERVIÇOS PROFISSIONAIS	R\$ 1.658.301,71	R\$ 1.779.134,42
OBRIGAÇÕES MEDICOS REPASSES	R\$ 640.386,77	R\$ 457.440,97
Total	R\$ 12.749.001,60	R\$ 11.546.022,15

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS

Os valores contabilizados nestes subgrupos apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
TOTAL OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E FISCAIS	R\$ 4.912.296,57	R\$ 4.527.600,97

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2019	2018
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	R\$ 1.788.298,88	R\$ 1.187.768,07

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS

Nos empréstimos tomados juntos aos bancos Santander e Bradesco as taxas variam de 3,00% a 3,90% a.a mais a taxa TJLP, para o contrato junto ao banco Banrisul a taxa pré-fixada é de 22,42% a.a. , operação esta contratada através do Programa FUNAFIR (Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados sem fins lucrativos e Hospitais Públicos), onde a amortização e o pagamento dos encargos são de responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul.

	2019	2018
EMPRESTIMO CURTO PRAZO	R\$ 2.645.383,89	R\$ 2.550.387,75
Empréstimo Funafir 3 - Banco Banrisul S/A	R\$ -	R\$ 1.268.531,00
Financ. BNDES/Santander Contr. Nr. 60004302 -	R\$ -	R\$ 660.227,00
Finame Santander BNDES - Contrato 60033500-01	R\$ 39.247,37	R\$ 40.355,88
Finame Bradesco - Contrato 880360-9	R\$ 178.221,43	R\$ 183.088,26
Finame Santander BNDES - Contrato 60033464-01	R\$ 115.485,60	R\$ 118.730,56
Finame Santander BNDES - Contrato 60033465-01	R\$ 347.620,01	R\$ 357.438,34
Empréstimo Funafir II - Banco Banrisul S/A	R\$ 2.003.606,20	R\$ -
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer - CP	-R\$ 38.796,72	-R\$ 77.983,29

EMPRESTIMOS NÃO CIRCULANTE	R\$ 2.548.000,37	R\$ 1.586.693,10
Empréstimo Funafir - Banco Banrisul S/A	R\$ 1.602.884,96	R\$ -
Financ. BNDES/Santander Contrato Nr. 60004302	R\$ -	R\$ -
Finame Santander BNDES - Contrato 60033500-01	R\$ 44.374,26	R\$ 83.621,63
Finame Bradesco - Contrato 880360-9	R\$ 382.965,96	R\$ 561.187,39
Finame Santander BNDES - Contrato 60033464-01	R\$ 148.886,51	R\$ 264.372,11
Finame Santander BNDES - Contrato 60033465-01	R\$ 393.029,39	R\$ 740.649,40
(-) Encargos Financeiros a Transcorrer - LP	-R\$ 24.140,71	-R\$ 63.137,43
TOTAL EMPRESTIMOS	R\$ 5.193.384,26	R\$ 4.137.080,85

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para passivos contingentes no valor de **R\$ 8.444.729,00** foi constituída para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, baseado em estimativa do departamento jurídico da Entidade, com base nas causas julgadas de perda provável.

NOTA 13 - Isenções Fiscais e Previdenciárias.

13.1 - Isenções Fiscais

A Entidade usufruiu dos isenções fiscais no exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	HOSPITAL	ESCOLA	Total	HOSPITAL	ESCOLA	Total
COFINS 3% sobre Receitas	5.794.710,75	67.585,40	5.862.296,15	5.257.363,70	68.914,12	5.326.277,82
CSLL 9% sobre Superávit	725.257,39	24.783,94	750.041,33	884.460,60	40.925,36	925.385,96
Total das Isenções Usufruídas	6.519.968,14	92.369,34	6.612.337,48	6.141.824,30	109.839,48	6.251.663,78

13.2 - Isenções Previdenciárias

Conforme o artigo 29 da Lei 12.101/09 Entidade Beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91:

Descrição	2019	2018
Hospital	R\$ 10.645.775,67	R\$ 9.798.393,94
Escola	R\$ 129.566,00	R\$ 162.223,82
Autônomos	R\$ 1.247.144,68	R\$ 1.353.835,77
Seguro Ac.Trabalho	R\$ 1.309.434,70	R\$ 1.249.259,60
Seguro Ac.Trabalho Escola	R\$ 15.936,60	R\$ 20.682,89
Terceiros	R\$ 3.087.275,93	R\$ 2.841.565,20
Terceiros Escola	R\$ 37.574,16	R\$ 47.045,00
Total	R\$ 16.472.707,74	R\$ 15.473.006,22

NOTA 14 - Subvenções Sociais e Doações

A Entidade recebeu no exercício de 2019 as seguintes subvenções sociais e doações:

Subvenções	2019	2018	Origem
Para Investimento	R\$ 497.162,62	R\$ 269.066,52	Governo Federal
Para Investimento	R\$ 52.998,96	R\$ 49.831,41	Governo Estadual
Para Custeio	R\$ 35.961.714,61	R\$ 33.046.193,92	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul
Para Custeio	R\$ 150.858,96	R\$ 351.372,30	Governo Estadual
Para Custeio	R\$ 3.367.936,00	R\$ 2.237.000,00	Governo Federal
Total	R\$ 40.030.671,15	R\$ 35.953.464,15	

NOTA 15 - OFERTA DOS SERVIÇOS PARA O ANO DE 2019

15.1 – Atividades da Saúde:

No ano de 2019 foram ofertados ao SUS Sistema Único de Saúde, o total de 171 leitos, pertencentes ao Hospital. Durante o exercício de 2019, a quantidade de internações prestadas através do convênio corresponde em média a 63,46% de paciente dia e a quantidade de procedimentos prestados corresponde em média 88,65% de atendimentos a pacientes, conforme demonstra quadro abaixo:

	2019		2018	
Pacientes/Dia	Quant.	%	Quant.	%
Nro. Pacientes/Dia SUS	48.753	63,46%	48.375	67,72%
Nro. Pacientes/Dia Não SUS	28.070		23.061	
Total Pacientes/Dia	76.823		71.436	
Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	449.788	88,65%	389.799	87,14%
Não SUS	57.601		57.534	
Total de Atendimentos Ambulatoriais	507.389		447.333	
Atenção a:				
I - atenção obstétrica e neonatal;	N	0,00%	N	0,00%
II - atenção oncológica;	S	1,50%	S	1,50%
III - atenção às urgências e emergências;	S	1,50%	S	1,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas;	N	0,00%	N	0,00%
V - hospitais de ensino.	S	1,50%	S	1,50%
Total		4,50%		4,50%
Atendimento SUS				
Nro. Pacientes/Dia SUS		63,46%		67,72%
Atendimento Ambulatoriais SUS		10,00%		10,00%
Atenção		4,50%		4,50%
Total % Atendimento SUS		77,96%		82,22%

15.2 – Atividades na Educação:

Em atendimento a Lei 12.101/2009, art. 13, o Escola de Enfermagem do Hospital Pompéia concedeu no exercício de 2019, 109 bolsas de estudos integrais no total de 486 alunos pagantes.

QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	2019		2018	
Qtd. Alunos Pagantes (Integral)	486	100%	521	100%
Qtd. Bolsas de Estudo - 100%	109	22,42%	113	21,69%
Qtd. Bolsas de Estudo - 50%	0		0	
Qtd. Bolsas de Estudo - 100% (Exigida)	97	20%	105	20%
Qtd. Bolsas de Estudo (100% + 50%)	0		0	
QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS	595		634	

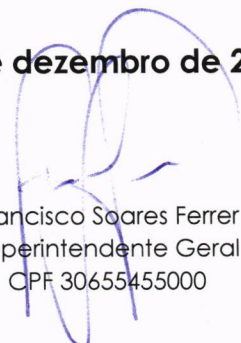
NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, somente para cobertura dos veículos e próprio e de terceiros, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Caxias do Sul, 31 de dezembro de 2019.



Sandra Maria Paim Della Giustina Barp
Presidente
CPF 19546416053



Francisco Soares Ferrer
Superintendente Geral
CPF 30655455000



Paulo Sergio Francisquetti
Contador CRC-RS n. 86664
CPF 75358360034

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria do
Pio Sodalício das Damas de Caridade de Caxias do Sul
Caxias do Sul – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Pio Sodalício das Damas de Caridade de Caxias do Sul que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pio Sodalício das Damas de Caridade de Caxias do Sul, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme relatório do auditor independente, que não conteve qualquer modificação, emitido em 05/04/2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o

relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

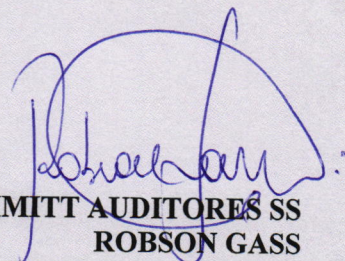
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de Março de 2020.



SCHMITT AUDITORES SS
ROBSON GASS
CRCRS-2.589 CRCRS 069769/O-4